

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.869 - PB (2019/0300265-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : ELENILSON DOS SANTOS SOARES E OUTRO**  
**ADVOGADOS : KELSON SERGIO TERROZO DE SOUZA - PB019857**  
**ELENILSON DOS SANTOS SOARES - PB020255**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PACIENTE : DANIELA APARECIDA DO CARMO DE FREITAS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANIELA APARECIDA DO CARMO DE FREITAS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (HC n.º 0808755-25.2019.8.15.0000).

Consta dos autos que a Paciente teve a prisão preventiva decretada, em 30/07/2018, na mesma decisão que recebeu a denúncia pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006 e no art. 2.º, §§ 2.º e 4.º, inciso I, da Lei n.º 12.850/2013, na forma do art. 69 do Código Penal.

Isso porque, conforme relatado nas instâncias ordinárias, a Paciente, em concurso com outros 16 (dezesseis) partícipes, integrava facção criminosa autodenominada "EUA/PCC", destinada ao transporte e mercancia de entorpecentes no Município de Jupiranga/PB.

O pedido de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar foi indeferido, conforme decisão de fls. 44-46.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 48-56).

Neste *writ*, a Defesa sustenta que não estão presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva e que o decreto prisional não possui fundamentação idônea.

Argumenta que a Paciente possui 3 (três) filhos menores, sendo que um deles possui apenas 9 (nove) anos de idade, o que justificaria a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

Também busca a "*extensão dos benefícios concedidos por esta Corte a Sr<sup>a</sup> JAKELINE MARIA nos autos do remédio constitucional HC n.º 478138/PB (2018/0296793-7) DE RELATORIA DA SENHORA Ministra LAURITA VAZ - SEXTA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*TURMA, para que seja concedida a prisão domiciliar em benefício da ora paciente, TENDO EM VISTA QUE AMBAS FORAM DENUNCIADAS NOS AUTOS DO PROCESSO DE PRIMEIRO GRAU E A SRª JAKELINE, ATUALMENTE CUMPRE PRISÃO DOMICILIAR" (fl. 6).*

*Requer, inclusive liminarmente, a "concessão da liberdade provisória à paciente DANIELA APARECIDA DO CARMO DE FREITAS, ou em caso de negativa de tal direito, que haja de imediato a conversão da Prisão preventiva em prisão Domiciliar estendendo assim o direito concedido a SRª JAQUELINE" (fl. 18).*

É o relatório inicial.

Passo a decidir o pedido urgente.

No caso, observo, em juízo de cognição sumária, que estão preenchidos os requisitos para a concessão parcial da liminar pleiteada.

No HC n.º 478.138/PB, impetrado em favor da corré da ora Paciente, Jakeline Maria da Silva, a ordem foi concedida, de ofício, pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, nos termos da seguinte ementa:

**"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. IMPETRAÇÃO DIRIGIDA CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR RELATOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO NA CORTE DE ORIGEM. PREJUDICIALIDADE. — EXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA PRISÃO DOMICILIAR. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA BENESSE. HABEAS CORPUS COLETIVO N.º 143.641/SP DO STF. LEI N.º 13.769, DE 19/12/2018. WRIT PREJUDICADO. LIMINAR CONFIRMADA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

*1. A superveniência de julgamento do mérito pelo Tribunal estadual prejudica a análise das teses constantes de habeas corpus que se insurgia contra o indeferimento do pedido liminar na origem. No caso, contudo, há ilegalidade flagrante a ser reparada de ofício por esta Corte Superior, por força do art. 654, § 2.º, do Código de Processo Penal.*

*2. O Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus coletivo (HC 143.641/SP, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI) às mulheres presas, gestantes, puérperas e mães de crianças menores de doze anos de idade ou portadoras de necessidades especiais, executados casos excepcionálíssimos que justifiquem mitigar a decisão.*

*3. Conforme a jurisprudência da Sexta Turma desta Corte Superior, nos termos do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

***a indispensabilidade dos cuidados maternos para o filho menor de 12 (doze) anos é legalmente presumida.***

4. O art. 318-A, do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei n.º 13.769, de 19/12/2018, dispõe que a prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I) não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e que II) não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

***5. Apesar de a custódia preventiva encontrar respaldo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a prisão domiciliar deve ser concedida, pois não está demonstrada situação excepcionalíssima, nem está presente circunstância legal obstativa, sendo que a Paciente é mãe de 2 filhos, com idades de 4 e 5 anos.***

6. Habeas corpus prejudicado. Ordem concedida, de ofício, para ratificar a decisão em que foi deferido o provimento liminar para substituir a custódia preventiva da Paciente por prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, mediante condições a serem definidas pelo Juízo de primeiro grau, salvo se por outro motivo estiver presa, sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, conforme previsto no art. 318-B do mesmo Código." (HC 478.138/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 25/06/2019; sem grifos no original.)

Esta Corte Superior tem reiteradamente decidido que se encontrando os corréus na mesma situação fático-processual e inexistindo qualquer circunstância de caráter exclusivamente pessoal, faz-se mister a extensão de feitos da decisão benéfica, a teor do Princípio da Isonomia.

*In casu*, o Juízo de primeiro grau, ao indeferir o pedido das Acusadas de substituição da prisão preventiva pela domiciliar, ressaltou o seguinte (fls. 45-46; sem grifos no original):

***"Especificamente ao pedido de conversão de preventiva em prisão domiciliar das mesmas, entendo que o pedido deve ser indeferido, tendo em vista que, segundo preleciona o artigo 318 do CPP, a prisão domiciliar poderá ser deferida quando o agente foi imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de seis anos ou com deficiência, ou ainda para mulher com filho de até doze anos de idade incompletos. Contudo, as requerentes não provaram concretamente esta situação, apenas trouxe aos autos alegações genéricas insuficientes para tanto."***

O acórdão que concedeu a ordem à corré, por sua vez, reconheceu a presença dos requisitos da prisão preventiva, mas registrou que *"a jurisprudência da Sexta Turma desta Corte Superior, ao interpretar a hipótese de prisão domiciliar*

# Superior Tribunal de Justiça

prevista no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, firmou-se no sentido de que a indispensabilidade dos cuidados maternos para o filho menor de 12 (doze) anos é legalmente presumida."

Não há, em princípio, qualquer diferenciação na situação processual das Acusadas, pois ambas possuem filhos menores de 12 (doze) anos, respondem pelo mesmo fato delituoso e tiveram o pleito de substituição da prisão preventiva pela domiciliar indeferido com base na mesma fundamentação, já considerada inidônea pela Sexta Turma desta Corte Superior.

Observa-se, portanto, que estão preenchidos os requisitos para a extensão dos efeitos da decisão do referido *habeas corpus* à Paciente, por se encontrar na mesma situação processual, uma vez que são idênticas as situações objetivas que envolvem as Acusadas.

Decidir de outra forma seria negar obediência ao princípio da isonomia e ao disposto no art. 580 do Código de Processo Penal, que garante igualdade de tratamento aos réus que se encontrem em situação processual idêntica.

Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido liminar para estender à Paciente os efeitos do acórdão proferido nos autos do HC n.º 478.138/PB, a fim de substituir a custódia preventiva da Acusada por prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal, mediante condições a serem definidas pelo Juízo de primeiro grau, salvo se por outro motivo estiver presa, sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, conforme previsto no art. 318-B do mesmo Código, até o julgamento do mérito deste *habeas corpus*.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes cópia desta decisão.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo* acerca do alegado na presente impetração, solicitando-lhes, ainda, a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte de origem requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

